

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores





FLACSO

SEDE BRASIL 15º aniversário
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

Alda Judith Alves-Mazzotti

Ayrton Fausto

Arno Vogel

Daniel Jorge Canó

Leopoldo Bartolomé

Luis Antônio Cunha

Marco Antonio da Silva Mello

*(Coordenador do Programa
Editorial)*



“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”

O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981
331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

CRIANÇAS DE RUA:

Um estudo das suas
características
demográficas

Eduardo Juárez (CEDEPLAR)



Capítulo

4

Índice

Introdução

1. O estudo do “problema
do menor”

2. A abordagem
metodológica

3. Alguns resultados

4. A título de conclusões

Anexo 1 - Metodologia

Anexo 2 - Tabelas

...pois criança é, também,
o menino trombadinha.

Toquinho, Deveres e Direitos, em
Canção de todas as crianças.

Introdução

O tópicos central da apreciação do fenômeno “crianças de rua” é a divergência que apresenta em relação a um padrão de vida supostamente normal, ligado com a idade, onde as atividades esperadas de uma criança seriam estudar e brincar, em condições de dependente dentro de uma família. Entretanto, sendo reconhecida a condição econômica como pano de fundo desta apreciação, são associados atributos familiares que supostamente agem para levar as crianças para a rua, segundo o raciocínio que relaciona a pobreza com a alta fecundidade, nascimentos fora de união, descaso e abandono pelas mães, e multiplicidade de parceiros, convergindo estas noções para uma hipótese de instabilidade familiar.

Mas as crianças de rua representam uma fenomenologia da pobreza que, diferente de outras crianças pobres, na favela, “periferia” ou no cortiço, são vistas por amplos setores da sociedade no seu dia-a-dia. Criança pobre é, na percepção pública, aquela para quem são feitas as políticas sociais: aquela que precisa de escola, alimentação, atendimento na rede pública de saúde etc. Mas essas crianças pobres são pensadas “lá”: na favela, na periferia ou no cortiço. Os meninos pedintes, ambulantes ou limpadores de pára-brisas correspondem às crianças pobres de “cá”: os meninos de rua.

O raciocínio de senso comum é que essas crianças, além do fato de serem pobres, não conseguem ser mantidas “lá” devido a outros motivos. Assim, na percepção pública, a explicação do fenômeno “crianças de rua” deve-se a fatores familiares, basicamente referidos à mãe: mães com muitos filhos, muitos parceiros e morando em muitos domicílios, motivos de desestruturação familiar e descaso pelos filhos, tendo a pobreza como pano de fundo.

A pesquisa social, ao se basear nestas noções como diretrizes conceituais, acaba por enfatizar o estudo do fenômeno “crianças de rua” tendo em conta, por um lado, uma noção de pobreza e idade e, por outro, uma concepção de abandono destas crianças pelas famílias. Aqui está subjacente a hipótese de instabilidade familiar, comum nesses estudos, como causa principal para um crescente número de “crianças de rua”. Em estreita relação com a estigmatização social da condição de pobreza, os aspectos de “promiscuidade” das mães e descaso pelos filhos surgem como argumentos que justificam tal hipótese.

O estudo das crianças de rua enquadrar-se-á geralmente em duas temáticas: uma do tipo pragmático, referida

ao seu atendimento e, outra, relativa aos aspectos contextuais da sua gênese social: pobreza, “abandono”, instabilidade familiar etc. Paradoxalmente, a grande maioria dos trabalhos sobre o tema, embora apresentem informações sobre algumas características demográficas dessas crianças e suas famílias, não ultrapassam as explicações de senso comum por causa do tratamento deficiente que dão ao assunto

Este trabalho, vinculado com a tese de Doutorado em Demografia do autor no CEDEPLAR/UFMG, baseia-se em entrevistas feitas com crianças frequentadoras de seis organizações de atendimento de crianças de rua e com as suas mães na área urbana de Recife, e busca contribuir para o conhecimento das características demográficas das crianças de rua, discutindo também alguns aspectos contextuais.

O primeiro ponto apresenta uma revisão do tipo de aproximações que são comumente apresentadas nesta área; o segundo explicita a abordagem metodológica utilizada e a operacionalização dos conceitos; o terceiro mostra alguns resultados da pesquisa, e o quarto, algumas conclusões que decorrem das informações apresentadas. Os Anexos apresentam informações auxiliares.

1. O estudo do “problema do menor”

Dentro da demografia, as “crianças de rua” não têm sido tema de estudo em termos formais nem substantivos. No entanto, é comum achar em diversos trabalhos sobre meninos de rua informações “demográficas” relativas fundamentalmente a “menores” em famílias de baixa renda. É nesse tipo de aproximação que geralmente fala-se dos números estratosféricos de “menores carentes”, “abandonados”, “infratores” etc., incluindo-se, na construção social que se tem feito destes termos, todo o tipo de criança pobre, onde as “crianças de rua” constituem o componente comumente referido.

A literatura existente sobre a infância pobre no Brasil, que abrange o estudo do fenômeno “crianças de rua”, cobre um amplo panorama temático com aproximações desde com o romance (*Capitães da Areia* de Jorge Amado, 1937), passando por um grande volume de literatura jurídica, de caráter histórico, sanitário, até, mais recentemente, com a literatura surgida da sociologia, da antropologia, da ciência política e da economia¹.

Podem-se distinguir duas linhas básicas referentes ao estudo da infância pobre, que abrange as crianças de rua. Uma primeira, relativa ao atendimento das

1. Para uma análise da produção bibliográfica relativa ao tema “infância pobre” no Brasil, incluindo 212 títulos dos últimos 25 anos, ver Valladares (1988).

crianças carentes pelo setor público, onde a educação, o trabalho e o *status* jurídico do menor são as principais preocupações. Aí, enquadram-se temáticas tais como delinquência, violência e criminalidade; trabalho do menor; legislação sobre o menor; o menor institucionalizado; educação; meninos de rua e política social para o menor. Nesta linha apresentam-se tanto colocações críticas em relação à situação e atendimento das crianças de rua como propostas alternativas a partir da definição do papel do Estado. A segunda linha refere-se ao estudo das próprias condições das crianças, abrangendo como temas criança e família, características sócio-econômicas e história da criança pobre. Nesta linha, o raciocínio básico, por um lado, coloca as crianças em relação a aspectos macrosociais e, por outro, em relação às famílias, ao entrosamento dos menores nas estratégias de sobrevivência familiares, como agentes econômicos.

Para o estudo das crianças de rua, a disponibilidade e idoneidade das informações demográficas são limitadas. No caso das informações primárias existentes, trata-se de levantamentos específicos segundo o interesse da pesquisa, onde aparece o componente demográfico como um referente geral sem maior elaboração, deficiente, seja pelos critérios e métodos de coleta ou pela forma de análise. Estas características das informações não permitem que sejam retomadas para um estudo demográfico, embora, às vezes, esteja nitidamente definido o universo de pesquisa como "crianças de rua" (ver, por exemplo, Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988; de Oliveira, 1989; Vainsencher, 1989; Ferreira, 1979).

Quanto às informações secundárias disponíveis, referem-se geralmente a pessoas na faixa de idade de 0 a 17 anos, em famílias de baixa renda, sendo assim de restrita utilidade para o estudo específico do fenômeno "crianças de rua".

Entretanto, do convênio IBGE/UNICEF, têm surgido diversas publicações referentes a pesquisas diversas sobre a população de 0 a 17 anos (Fundação IBGE/UNICEF, 1982, 1984, 1986, 1988a, 1988b, 1989) e recentemente têm sido produzidas uma série de informações estatísticas com o propósito de acompanhar a situação da criança e do adolescente, sendo basicamente tabulações especiais de censos, PNADs, RAIS, estatísticas escolares e de saúde.

Em relação ao estudo das famílias, predominam os levantamentos de informações individuais, referentes a pontos específicos no tempo, que dificultam por um lado a análise longitudinal e, por outro, de relações grupais (família, comunidade). No caso das informações domiciliares, o fato de estarem geralmente focalizadas a partir do chefe de família ou domicílio — método de chefia domiciliar (ver Brass, 1983; Nações Unidas, 1973) — não é possível captar a dinâmica do percurso de vida dos indivíduos ou da família, mas apenas se obter "imagens" médias dos grupos domiciliares.

Estas características das informações limitam grandemente o seu uso para o estudo demográfico das crianças em geral, dado que se trata de uma faixa etária que também é seletiva em termos familiares e, além disso, não refletem a dinâmica familiar na qual desenvolvem-se as condições de saída das crianças, seja considerando o relacionamento família/contexto sócio-econômico (análises de estratégias familiares) ou

os papéis dos indivíduos nas famílias. A nossa preocupação é conhecer as forças que agem em nível familiar e as suas mudanças no tempo que definem as estruturas familiares vivenciadas pelas crianças. Nesse sentido, Medina (1974:24) assinala, para o caso do Brasil, que "podemos estar seguros de que algo se transforma [em relação à família], mas o que efetivamente ocorre não sabemos".

Em resumo, consideramos que as estatísticas comumente geradas e usadas para se referir às "crianças de rua" apresentam-se deficientes, dadas: a) a falta de clareza conceitual dos termos habitualmente usados, que empobrece as possibilidades da análise; b) a abrangência dos instrumentos de coleta que, portanto, se referem a uma situação geral da população na faixa de 0 a 17 anos e dissolve em números médios e conceitos gerais as informações pertinentes para estudar demograficamente as crianças de rua; c) as informações serem geralmente levantadas para pontos específicos no tempo, não permitindo enxergar os percursos de vida dos indivíduos e nem de suas famílias.

2. A abordagem metodológica



A carência de informações adequadas para o estudo demográfico das crianças de rua exigiu um esforço conceitual e operacional para ultrapassar tais limitações. Em primeiro lugar, dentro de uma perspectiva analítica de histórias de vida, levantaram-se informações longitudinais retrospectivas das crianças e mães.

Em segundo lugar, conhecida a dificuldade que sempre surge no primeiro contato com as crianças de rua, em termos das informações que fornecem, trabalhou-se junto com organizações diretamente vinculadas a elas. Isto assegurou a qualidade das respostas, controlada pelo conhecimento que o pessoal das organizações dispõe sobre a vida das crianças, mas, por outra parte, foi necessário gerar um instrumental de coleta de dados adequados ao perfil dos entrevistados, num processo conjunto de análise, avaliação e teste.

Em terceiro lugar, foi privilegiada a relação das crianças com a mãe. A díada filho-mãe representa neste trabalho o centro de atenção para estudar eventos demográficos familiares².

Dada a diversidade de noções que atualmente referem-se ao fenômeno "crianças de rua", consideramos

2. A posição central das mães para o estudo das famílias encontra-se sustentada, para o caso do Brasil, em grande diversidade de trabalhos, tanto dentro da demografia histórica como da contemporânea, que questionam profundamente o estereótipo da família "patriarcal". Evidências recentes com relação à co-residência com a mãe indicam que, para a população residente em regiões metropolitanas (onde habita 69% da população do Brasil em idades de 0 a 17 anos), 95,5% das pessoas nesta faixa etária residem com a mãe sendo a menor percentagem em Belém (92,2%) e a maior em Belo Horizonte

que, no intuito de conhecer e analisar as características demográficas deste segmento da sociedade, é necessário basicamente partir de uma definição operacional que incorpore as premissas conceituais sob a nossa consideração.

Neste trabalho partimos de uma definição fenomenológica das crianças de rua: crianças de rua são aquelas que freqüentam as organizações de atendimento a crianças de rua. Esta definição, embora simplista, refere-se diretamente àquelas crianças que a sociedade reconhece como em situação fora do normal, de acordo com as expectativas de papéis sociais segundo idade e gênero, nos quais as crianças deveriam se manter como dependentes familiares, dedicando-se a brincar e estudar. Na realidade deparamos com o fato de que nem todos os menores são dependentes e dedicam-se a brincar e estudar: têm que cobrir funções familiares dentro ou fora de casa.

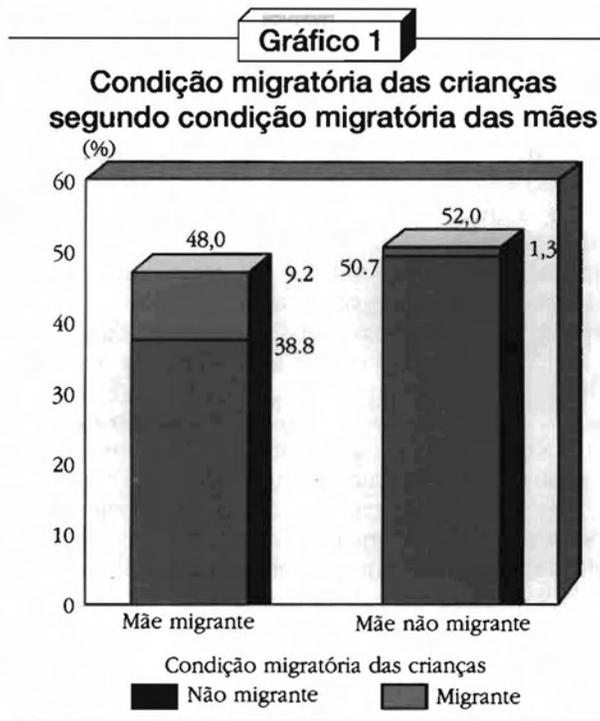
Uma outra diretriz metodológica tem a ver com o método de escolha dos casos a serem trabalhados. A abordagem aqui feita foi a de selecionar as organizações, mais do que as crianças, pelo perfil de criança com que trabalham. Consideramos que, embora nossa aproximação não possa resolver plenamente a difícil questão da representatividade, ao se tratar de um estudo de caso restrito, tem o valor de explicitar o viés da seleção. Este trabalho explora as informações de 152 crianças vinculadas com seis organizações da área urbana da Região Metropolitana de Recife, e das suas 102 mães, incorporando indiretamente informações dos irmãos, quando necessário (ver Anexo 1 — Metodologia).

3. Alguns resultados

O abe esclarecer que as informações aqui apresentadas têm um caráter descritivo das condições que apresentam as crianças e mães aqui pesquisadas. Isto é, não se pode atribuir representatividade para um conjunto maior de crianças devido às características estatísticas dos dados, por exemplo, tamanho da população em observação e a decorrente variabilidade. No entanto, como estudo de caso, lança algumas luzes sobre um segmento desta população, ligado com organizações de atendimento.

Este esclarecimento é muito importante, dado que o uso ou interpretação indevidos de informações de um estudo de caso pode levar a postulados gerais incorretos, conceitualmente, e inconsistentes, estatisticamente.

(96,5%). Para Recife, a percentagem é de 94% (Juárez, 1989). Também vale a pena levar em consideração que, segundo informações contidas neste relatório, 2% das mães nunca estiveram em união e 34% tiveram duas ou mais uniões, ao tempo em que 32% das mães têm tido dois ou mais domicílios. Estas situações indicam mudanças nas estruturas familiares e inclusive na hierarquia dentro das famílias, o que inviabiliza qualquer aproximação pelo simples critério de chefia familiar ou domiciliar. Daí que possamos considerar a mãe como o referente adequado para a nossa análise.



3.1. Características das crianças

A. *Gênero e idade*: existe um grande número de indivíduos do sexo masculino no conjunto estudado: 5,33 meninos para cada menina ou 84,2% de homens e 15,8% de mulheres. Em média, os meninos são um pouco mais novos do que as meninas (12,4 e 12,8 anos de idade, respectivamente).

B. *Condição migratória*: esta é uma das características que comumente se diz que está associada à condição de criança de rua, sendo colocado que, ao se tratar de migrantes, as suas oportunidades de "integração" vêm-se diminuídas. Esta colocação, surgida de uma interpretação simplista da inter-relação entre população e mudança social decorrente da teoria da modernização, tem sido rejeitada por evidência gerada pelo estudo da história da família (Hareven, 1987:viii) e aqui é questionada mais uma vez. Na verdade, 89,5% das crianças não são migrantes (Gráfico 1).

Na suposição de uma "transitividade" intergeracional de falta de condições de acesso a um meio considerado "normal", caberia esperar que a condição migratória das mães afetasse os filhos, mas as percentagens de mães migrantes e não migrantes são virtualmente iguais. Daí, é possível dizer que ser ou não filho de mãe migrante não é um fator significativo para a composição do conjunto de crianças de rua. 50,7% das crianças filhas de mães não-migrantes, também não são migrantes.

C. *A ruptura da residência conjunta com a mãe* é outra das características que comumente se diz estar relacionada à condição de criança de rua. Supõe-se que estas são abandonadas pelas mães ou o descaso delas leva à separação dos filhos.

Gráfico 2

Trajetórias residenciais das crianças
(percentagens de crianças)

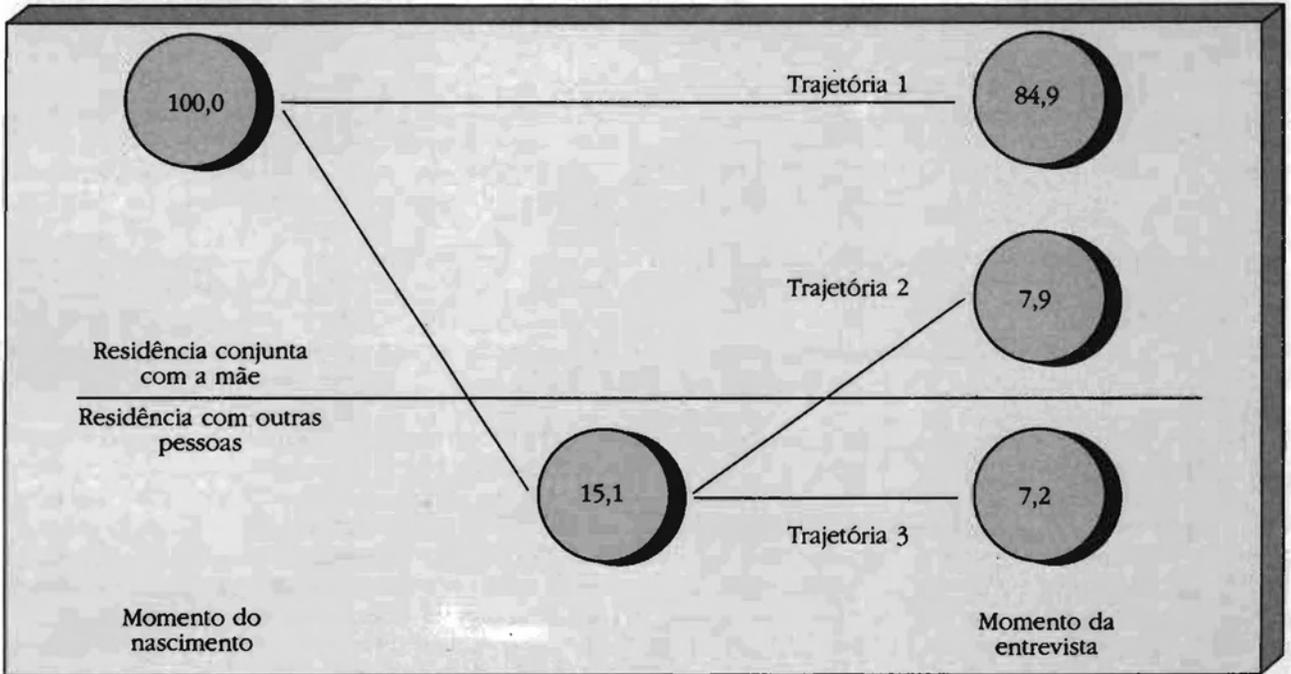
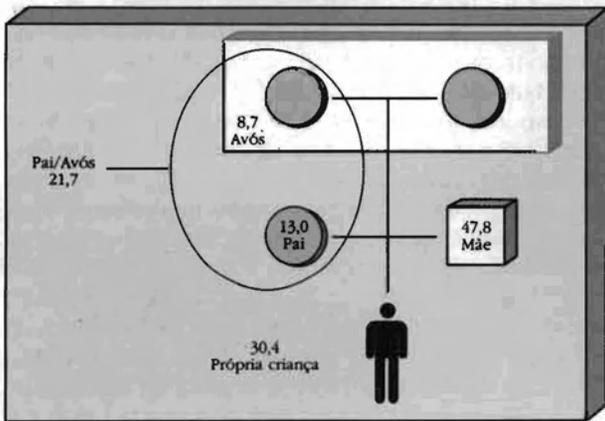


Gráfico 3

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe. Pessoa que decidiu a saída (%)

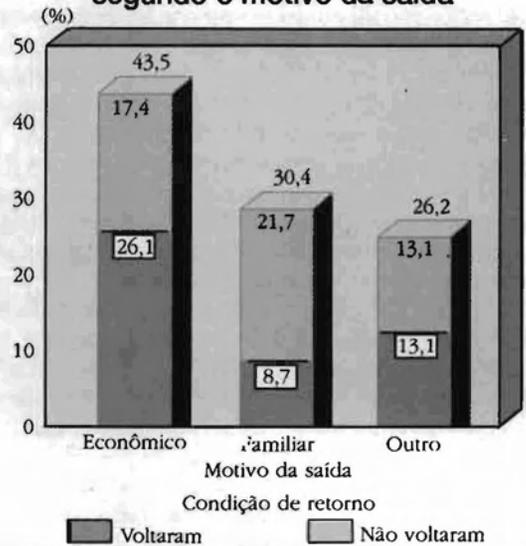


Entre o nascimento e o momento da entrevista, o conjunto das crianças aqui abordado apresentou três diferentes tipos de trajetórias residenciais (Gráfico 2). A grande maioria sempre tem morado com a mãe (84,9%), enquanto 15,1% das crianças têm deixado de morar com ela: 7,9% voltaram depois e 7,2% não retornaram à moradia materna. Portanto, a presença de crianças na rua não é explicada pela ruptura da residência conjunta com a mãe.

Por outra parte, a decisão de as crianças deixarem de morar com a mãe inscreve-se sempre dentro da família, sendo que tem maior importância a decisão das

Gráfico 4

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe, por condição de retorno, segundo o motivo da saída



mães em 47,8% (Gráfico 3). As próprias crianças decidiram a separação em número não desprezível (30,5%), enquanto em 21,6% dos casos o fizeram por decisão de outros parentes, sejam o pai ou os avós.

A tomada de decisões da saída das crianças associa-se com mais clareza as condições econômicas ou fami-

liares, conquanto também se apresentem outros tipos de motivações. Os motivos principais de separação no entanto referem-se às condições econômicas da família da criança; porém, quando a saída corresponde a estes últimos, o retorno é maior. A separação que parece ser mais definitiva é aquela que se deve a condições familiares (Gráfico 4).

Constatou-se também que as mães tomam tal decisão principalmente por motivos econômicos; o pai ou avós igualmente por motivos familiares, e as próprias crianças basicamente por motivos familiares ou outros (Tabela A-1). Portanto, embora as mães tenham decidido em maior número de casos a separação, considerando os motivos, o retorno das crianças é mais provável.

A idade na saída é importante para diferenciar as trajetórias residenciais das crianças, sendo que nos casos das crianças que alguma vez deixaram de morar com a mãe, 43,5% das saídas ocorreram antes de a criança completar um ano de vida (Tabela A-2). As chances de atualmente não morar com a mãe segundo idade ao momento da saída são maiores para aquelas que saíram com mais de um ano de idade.

O principal destino das crianças ao deixar de morar com a mãe é dentro da própria família, 69,6%, enquanto fora da família moraram 30,4% das crianças (Gráfico 5). Isto questiona a noção de abandono familiar e leva a considerar relações familiares mais abrangentes em se pensando na perda da residência conjunta com a mãe. Por outro lado, salienta o papel da família, em sentido amplo, como parte da rede de sobrevivência das crianças. Se a ruptura da residência conjunta com a mãe não é fator importante face à presença das crianças na rua, outro fator a considerar é o trabalho, levando em conta que todas as crianças pesquisadas realizam algum. Entendemos aqui como trabalho qualquer atividade extradomiciliar, remunerada ou não, que tenha valor reconhecido no mercado e também atividades que, sem ter valor reconhecido no mercado, geram renda ou retorno econômico, seja dinheiro, bens ou serviços para quem as realiza. O Gráfico 6 apresenta a relação temporal da data de início no trabalho com o momento de início da ruptura da residência conjunta com a mãe para as crianças que vivenciaram esta ruptura. Observa-se que nenhuma criança começou a trabalhar simultaneamente com a ruptura da residência conjunta com a mãe, sendo que, das crianças que alguma vez deixaram de morar com a mãe, 86,9% começaram a trabalhar depois da ruptura da residência conjunta com ela. Isto é atribuível basicamente ao fato de que, na maioria destes casos, a ruptura da residência conjunta aconteceu em idade adiantada, e, portanto, antes de as crianças atingirem idade "suficiente" para começar a trabalhar.

Pode-se inferir que o evento fundamental que coloca as crianças fora de casa é a saída para o trabalho e não a separação da mãe. Coincidimos aqui com a colocação geral da importância dos fatores econômicos como motivo de saída das crianças, mas a pergunta que tentamos responder refere-se basicamente às características dessas crianças que encontramos nas ruas.

D. O trabalho constitui a atividade principal desenvolvida pelas crianças. Destas, 63,2% começaram a trabalhar na faixa dos 5 aos 9 anos de idade, exis-

tindo também 1,3% de casos de início no trabalho com menos de 5 anos, e 35,5% na faixa dos 10 a 14 anos. As idades médias ao início no trabalho (8,6 e 9,0 anos, respectivamente, para homens e mulheres) ilustram as idades de risco real para início no trabalho. A idade mediana mostra que aos 9 anos de idade 50% das crianças estavam já envolvidas no trabalho (ver Tabela 1).

A duração média no trabalho permite perfilar em média, como trajetória de vida das crianças, um estágio sem trabalhar de 8,6 anos mais 3,4 anos de vida laboral, atingindo, então, uma idade de 12 anos.

A alocação das crianças dentro do arranjo familiar é feita considerando a ordem de nascimento como uma variável "proxy" do número de filhos³. Na Tabela 2 observa-se, em primeiro lugar, que a média total das ordens de nascimento supõe a existência de, pelo menos, quatro irmãos nascidos anteriormente. As médias de ordens de nascimento dos homens, menor do que as das mulheres, sugere que, dentro do arranjo familiar, eles se encontrariam trabalhando antes das mulheres. Pode-se observar também que, tanto para homens como para mulheres, a ordem de nascimento e a idade ao início no trabalho mostram uma relação inversa: na medida em que aumenta o grupo de idade do início do trabalho, diminui a ordem de nascimento. Em decorrência, pode-se inferir a existência de uma seletividade dentro dos arranjos familiares, alocando no trabalho os filhos disponíveis de ordens de nascimento menores, porém de idades maiores e, portanto, as crianças mais velhas disponíveis dentro do arranjo familiar, ao tempo que a presença de crianças de baixa idade e ordem de nascimento alta faria supor, considerando a censura dos dados analisados, que irmãos de ordens de nascimento menor e maior idade encontram-se já no trabalho.

Segundo o total de filhos, verifica-se que, no caso das mulheres, a média é sensivelmente maior do que no caso dos homens. Considerando o gênero como fator de seletividade, pode-se inferir que os homens entram no trabalho de preferência às mulheres. Se a probabilidade de iniciar no trabalho, e portanto sair de casa, aponta majoritariamente para a faixa de idade entre os 5 e 9 anos, pode-se colocar que, dentro dos arranjos familiares de nossa amostra, as chances de sair de casa recaem sobre as crianças de ordem de nascimento médio de 4,8, dentro de famílias com uma média de 7,8 filhos atualmente.

Consideramos de primeira importância se conhecer as características do início da vida trabalhista das crianças. A seguir apresentam-se várias análises, todas elas referidas à atividade inicial de trabalho, focalizando os seguintes aspectos: motivos pelos quais as crianças começaram a trabalhar; destino principal do retorno econômico; tipo da atividade e do retorno econômico; presença de parentes no trabalho; distância do local de residência ao local de trabalho, e duração da atividade desenvolvida.

3. A avaliação feita através da ordem de nascimento supõe que, na medida em que esta é cumulativa, dada a ordem i existem as ordens $i-n$ anteriores, onde n é o número de irmãos que antecederam-lhe no nascimento, exceto no caso da ordem 1, na qual não existem irmãos previamente nascidos. Por sua vez, o total de filhos atual das próprias mães aloca as crianças nas condições atuais dos arranjos familiares, permitindo uma aproximação diacrônica.

Tabela 1

Crianças por idade ao início no trabalho segundo idade atual

	IDADE ATUAL (%)			TOTAL	Duração Média (anos)
	5-9	10-14	15-17		
Idade ao início no trabalho					
Menos de 5	1,3	0,0	0,0	1,3	4,0
5-9	15,1	40,8	7,2	63,2	4,1
10-14	0,0	29,6	5,9	35,5	2,1
TOTAL	16,4	70,4	13,2	100,0	3,4
Idade ao início no trabalho	Homens		Mulheres	TOTAL	
Média	8,6		8,9	8,6	
Mediana	9,0		9,0	9,0	

Total de crianças = 152

Dado que conhecemos a estrutura por idade e gênero das crianças ao iniciar no trabalho, nos concentramos nos *motivos pelos quais as crianças trabalham e o destino do retorno econômico recebido*. Enfatizou-se na entrevista que o destino declarado fosse o principal⁴.

O Gráfico 7 mostra que o motivo de início no trabalho corresponde em 71,1% à necessidade familiar e em 23,7% à necessidade manifestada como própria. Já a vontade, seja própria ou de outros, como motivo de início no trabalho, responde por apenas 5,3% dos casos.

Em relação ao *destino principal do retorno econômico*, a família ocupa a primeira posição, com 87,5%. Em 7,9% dos casos o destino principal são as próprias crianças e, em 4,6%, as atividades são desenvolvidas sem retorno econômico.

Na avaliação conjunta dos motivos de início no trabalho e o destino principal do retorno econômico pode-se detectar que a participação econômica das crianças dentro das famílias é diversa e sugere a existência de três formas básicas: a) contribuindo diretamente, no caso de trabalharem por necessidade familiar ou por vontade de outros e tendo como destino principal a família (63,2%); b) subsidiando as famílias, nos casos de trabalharem por necessidade ou vontade próprias, tendo como destino principal as famílias ou trabalhar por quaisquer motivos, tendo como destino principal as próprias crianças (32,2%); e c) contribuindo simplesmente com trabalho — crianças que trabalham por necessidade familiar, sem retorno (4,6%).

Diferentemente das categorizações das atividades econômicas baseadas nas suas características concretas (por ocupação ou por setores), que não fornecem

elementos para avaliar a presença ou não das crianças na rua, as *atividades iniciais das crianças são consideradas em duas categorias (de rua, não de rua)*, tendo como critério o fato de a atividade inicial corresponder àquelas que necessariamente são desenvolvidas na rua (biscateiro, carregador, limpador, lavador e vigia de carros, entregador, feirista, guia turístico, pedinte, carroceiro, ambulante) ou àquelas que são desenvolvidas em locais fechados (ajudante em ofícios vários, artesão, bolsista, fabricante de artigos vários, mecânico, padeiro, serviços domésticos). Dentro das atividades *não de rua* encontram-se 7,9% do total de crianças que iniciaram-se no trabalho desenvolvendo atividades no setor primário (canavieiro, granjeiro, ajudante de pescador).

Como tipo de atividade inicial predominam as atividades de rua (77,6%), sendo que, segundo o gênero, 83,6% dos homens e 45,8% das mulheres iniciaram-se neste tipo de atividade (Tabela A-3). Cabe então, considerar que nem todas as crianças começam a vida laboral na rua, assinalando com isso que, mesmo que todas as crianças trabalhem, existe uma diferenciação entre criança trabalhadora e criança de rua.

Considerando os *tipos de atividade e de retorno*, nas atividades de rua não aparecem os tipos em que o retorno em espécie (coisas) seja único ou principal: a categoria "só dinheiro" contribui como a principal forma de retorno, seguida da categoria "principalmente dinheiro". As atividades não de rua apresentam uma diversificação dos tipos de retorno, embora predominem os retornos que envolvem dinheiro, tendo a categoria "só dinheiro" uma contribuição maior.

Segundo o *tipo de retorno e gênero*, predomina o dinheiro como tipo de retorno principal em ambos os gêneros, embora no caso dos homens este seja superior ao no caso das mulheres (80,5% e 70,8%, respectivamente).

Analisando as *idades médias ao início no trabalho*

4. Com isto, ultrapassa-se o problema que apresenta a Tabela 14 do Suplemento da PNAD-1985 sobre o menor (IBGE, 1988), na qual a grande maioria dos casos corresponde ao destino compartilhado criança-família.

Tabela 2

Ordem de nascimento média das crianças e total de filhos atual da própria mãe por idade ao início no trabalho segundo gênero

		IDADE AO INÍCIO NO TRABALHO			
		Menos de 5	5-9	10-14	TOTAL
	TOTAL	2 1,3	96 63,2	54 35,5	152 100,0
Ordem de nascimento (Média)	Homens	5,5	4,6	3,9	4,4
	Mulheres	n.a.	5,9	4,5	5,2
	TOTAL	5,5	4,8	4,0	4,5
Total de filhos (Média)	Homens	6,0	7,5	6,3	7,0
	Mulheres	n.a.	9,6	8,5	9,1
	TOTAL	6,0	7,8	6,8	7,4

n.a. = não se aplica pelas características da amostra

por tipo de atividade segundo o gênero, encontra-se que: a) a idade média mais adiantada corresponde aos homens em atividades de rua, com 8,4 anos, enquanto em atividades não de rua alcança os 8,9 anos; b) quanto às idades médias das mulheres, a idade mais adiantada corresponde a atividades de rua, com 8,9 anos e, nas atividades não de rua, com 9,0 anos (Tabela 3). Embora sejam pequenas as diferenças nos números, pode-se observar que para ambos os sexos as atividades de rua aparecem como primeira alternativa de início no trabalho.

A presença de parentes no trabalho e a distância do local de trabalho são levadas em conta, considerando-se que podem facilitar o início das crianças no trabalho. No caso da presença de parentes, pode-se pensar que, mesmo ao saírem para trabalhar, as crianças não saem da família, no sentido mais abrangente; além disso é provável que a possibilidade de as crianças se iniciarem no trabalho com parentes, adiante a idade de início, representando, por exemplo, uma maior segurança no serviço. Levando em conta a distância, cabe explicitar o critério utilizado. Este foi completamente qualitativo, sem mediar considerações de distância física, de tempo ou de custo, considerando que mesmo a condição da distância é variável segundo a idade. Assim, se para uma criança pequena sair para trabalhar num bairro vizinho pode ser longe, no caso de uma criança maior não o é. Em todo o caso, tenta-se avaliar se a distância, assim entendida, facilita a saída ao trabalho.

Quanto à presença de parentes, em 67,8% dos casos as crianças iniciaram-se no trabalho sem parentes, enquanto que apenas 32,2% o fizeram com a presença deles. Isto aparece mais acentuado no caso dos homens, onde 70,3% começaram a trabalhar sem parentes, enquanto, no caso das mulheres, reúnem-se nesta situação 54,2% dos casos.

Quanto ao critério de distância, em 72,4% dos casos as crianças iniciaram-se no trabalho perto da casa da mãe (Tabela 4). Cabe esclarecer que, no caso de crianças que não residiam com a mãe quando do início no trabalho (basicamente por se tratar de crianças que desde cedo não residia com ela), considerou-se o do-

mício de residência habitual ao início no trabalho. Segundo o gênero, 71,9% dos homens começaram a trabalhar perto da casa da mãe, sendo 14,1% com parentes e 57,8% sem a presença dos mesmos. Dos 28,1% restantes, correspondentes àqueles que começaram a trabalhar longe, 15,6% começaram com parentes e 12,5% sem parentes. No caso das mulheres, 75,0% começaram a trabalhar perto da casa da mãe: 20,8% com parentes e 54,2% sem a presença de parentes. Os restantes 25% correspondem às mulheres que começaram trabalhando longe do domicílio da mãe, todas elas com presença de parentes.

Embora o início no trabalho seja predominantemente sem parentes, é importante levar em consideração o efeito, por idade, segundo o gênero. As crianças que começaram a trabalhar com parentes apresentam uma idade média ao início no trabalho menor do que aquelas que começaram sem a presença deles. Assim, trabalhar com parentes, para ambos os gêneros, adiantou em 1,2 anos de idade a média de início no trabalho (Tabela 5).

Quanto à distância da casa da mãe, parece ter um efeito menor do que a presença de parentes. No caso dos homens, a condição de distância não afeta sensivelmente a idade média ao início no trabalho. Porém, no caso das mulheres, a proximidade do serviço adianta em 0,3 anos de idade a média de início no trabalho (Tabela 6).

Assim, pode-se dizer que a presença de parentes, embora não predominante em números totais, possibilita o ingresso antecipado no trabalho e a proximidade, majoritária nos casos investigados, não afeta grandemente o adiamento do início no trabalho.

A experiência de trabalho é variada no que diz respeito ao número de trabalhos que as crianças têm desenvolvido. No entanto, a grande maioria das crianças não tem ultrapassado três trabalhos e encontram-se principalmente no primeiro (Tabela A-4). Segundo o gênero, o primeiro é o mais importante no caso dos homens e o segundo no caso das mulheres. Por outra parte, pouco mais de sete em cada dez crianças encontram-se atualmente desenvolvendo atividades de rua,

Gráfico 5

Crianças que alguma vez não residiram com a mãe
Pessoas com quem morou (%)

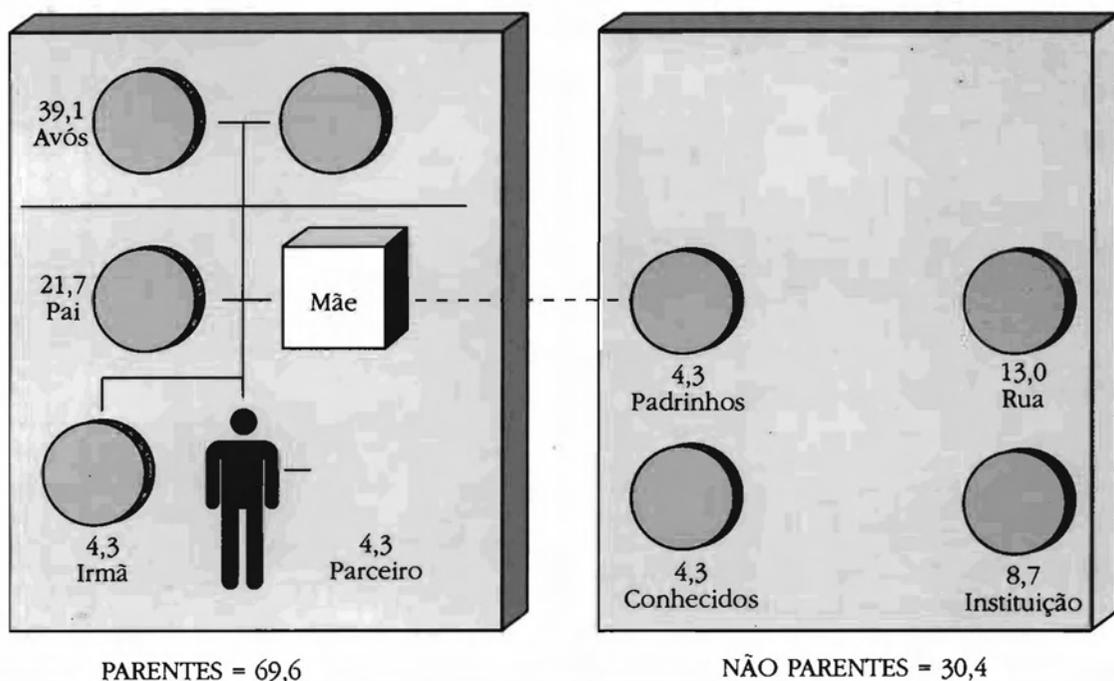
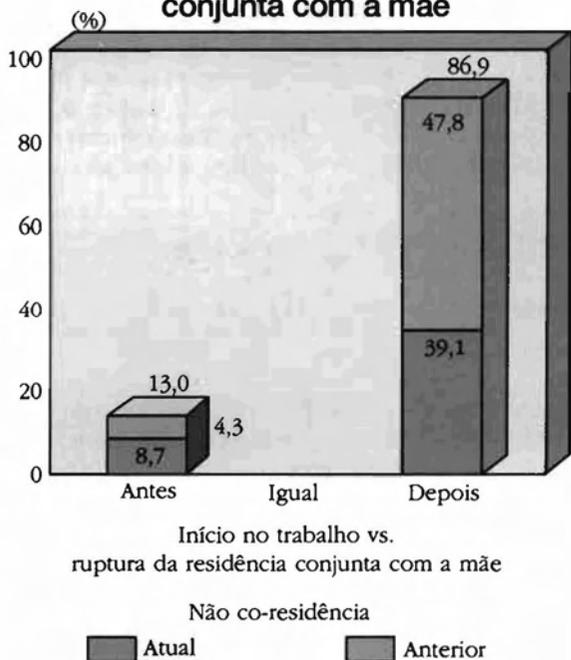


Gráfico 6
Comparação das datas de início no trabalho e ruptura da residência conjunta com a mãe



o que evidencia transferências de 9,8% do total das crianças provenientes da categoria "não de rua", no início da vida produtiva das crianças. Em termos de gêneros, as atividades de rua continuam a ser mais impor-

tantes para os homens, enquanto para as mulheres o tipo de atividade aparece como indiferente (Gráfico 8).

E. A *escolaridade* tem um lugar privilegiado na análise de situação das crianças de rua na medida em que trabalho e frequência escolar competem pelo seu tempo. No entanto, o papel da educação não tem uma interpretação clara na medida em que é considerada indistintamente em dois sentidos: por uma parte, em termos sintomáticos, a educação das crianças interpreta-se como indicador de bem-estar familiar mas, por outra, em termos predictivos, considera-se como fator de mobilidade social ascendente. Nossa interpretação, sob as luzes das informações analisadas, é que a escolaridade é uma variável cujas relações com o bem-estar, presente ou futuro, são mediadas por outras circunstâncias.

Mais de nove em cada dez crianças têm *frequentado* alguma vez a escola e aquelas crianças que nunca frequentaram a escola correspondem aos homens em sua totalidade. Existem 6,6% de crianças que frequentaram a escola, mas não conseguiram concluir nenhuma série, sendo todas elas homens.

Segundo a *idade ao início na escola* revela-se, em geral, um atraso na idade, que deveria ser aos seis anos, com predominância da faixa de 7 a 9 anos como idade para iniciar os estudos. Este atraso é ainda maior no caso dos homens do que no das mulheres, embora nenhuma delas tenha começado com a idade de seis anos.

Para ilustrar o *desempenho escolar* das crianças gerou-se um indicador (d) que pondera o número de vezes que as crianças têm frequentado a escola com o máximo de séries cursadas e completadas. Desta maneira relativiza-se a quantidade de vezes que as crianças têm frequentado a escola e completado ciclos leti-

Gráfico 7

Crianças por motivo de início no trabalho, segundo destino principal do retorno econômico

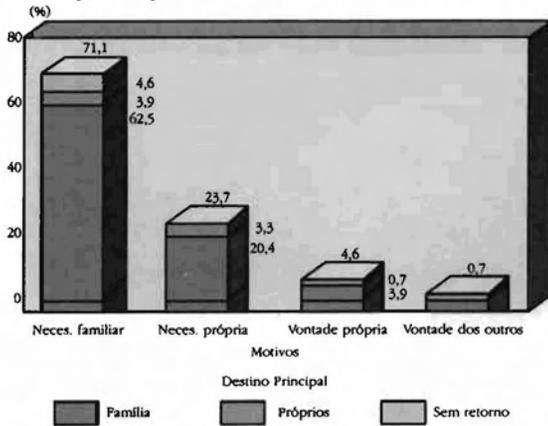


Tabela 4

Crianças por critério de distância segundo gênero e presença de parentes no trabalho inicial

Gênero e presença de parentes	Distância da casa da mãe		TOTAL
	Perto	Longe	
Homens			
Parentes	14,1	15,6	29,7
Não parentes	57,8	12,5	70,3
Soma	71,9	28,1	100,0
Mulheres			
Parentes	20,8	25,0	45,8
Não parentes	54,2	0,0	54,2
Soma	75,0	25,0	100,0
Total			
Parentes	15,1	17,1	32,2
Não parentes	57,2	10,5	67,8
Total	72,4	27,6	100,0

Tabela 3

Idades médias das crianças ao início no trabalho por tipo de atividade segundo gênero

Gênero e	Tipo de atividade		TOTAL
	De rua	Não de rua	
Homens	8,4	8,9	8,6
Mulheres	8,9	9,0	9,0
Total	8,5	8,9	8,6

rior a dos homens, mas rias idades mais adiantadas a escolaridade dos homens é superior (Gráfico 9).

Supostamente, uma criança nascida em 1974, sem repetência e começando a escolaridade com seis anos teria, no momento da entrevista, oito séries cursadas e completadas, enquanto na realidade sua coorte apenas ultrapassa quatro séries.

Por outro lado, o nosso indicador de *desempenho escolar* mostra uma tendência descendente no tempo que faria pensar numa melhoria do desempenho. Entre gêneros, as médias do desempenho escolar são mais iguais mas, segundo coortes, observa-se que a melhora apresentada no conjunto deve-se fundamentalmente ao desempenho dos homens. No entanto, no melhor dos casos, as crianças da coorte mais nova estão demorando um ano e quatro meses para completar uma série escolar.

3.2. Características das mães e das famílias

A. Distribuição etária das mães: o método de seleção de casos toma por fundamento as idades das mães, as quais devem, necessariamente, ter filhos na faixa etária de 0 a 17 anos. Considerando-se que as mulheres têm filhos, normalmente, entre os 15 e 45 anos, as coortes de nascimento das mães abrangeriam de 1927 a 1974. As mães pesquisadas foram agrupadas segundo coorte quinquenal, como mostra a Tabela 7.

Assim, a maioria das mães (75,4%) pertence às coortes de nascimento de 1945 a 1959, com idades, no momento da entrevista, entre 30 e 44 anos. Esta relação entre as idades das mães e das crianças sustenta-se nas características da fecundidade, sobretudo em relação à época da vida reprodutiva das mães em que estas crianças nasceram.

vos pelo avanço em escolaridade real. Esta variável pode ser interpretada como a quantidade de anos que leva uma criança para completar uma série, onde idealmente seria uma série completada por cada frequência escolar de ciclo letivo completo, sendo o desempenho escolar igual a 1. Só um terço das crianças têm conseguido completar uma série por ano, enquanto, dentre aqueles que levaram mais tempo, na sua grande maioria precisaram de um a dois anos. As categorias mais relevantes para os homens são um ano, dois anos e de dois a três anos, enquanto para as mulheres são as categorias de um a dois anos, de três anos e de mais de três anos. A apreciação destes números permite considerar que a escolaridade privilegia aos homens.

Esta situação de escolaridade tem peculiaridades segundo gênero e coorte de nascimento. O número *máximo de séries cursadas* e completadas, embora afetado pela censura das informações, mostra que o avanço escolar não muda substancialmente para as diferentes coortes. Seria de se esperar que as coortes mais velhas tivessem uma escolaridade superior às menores, considerando que a diferença em idade, de coorte a coorte, é de 5 anos. No entanto, pode-se constatar que as diferenças na escolaridade das coortes são de pouco mais de uma série. Em termos de gêneros, as mulheres apresentam, em média, uma escolaridade um pouco supe-

Tabela 5

Idades médias ao início no trabalho por condição de trabalho com parente ou não, segundo gênero

Gênero	Trabalhavam com parente		TOTAL
	Sim	Não	
Homens	7,6	9,0	8,6
Mulheres	8,5	9,4	9,0
Total	7,8	9,0	8,6

B. *Fecundidade*: apresenta-se como um dos traços mais relevantes, o fato de que este conjunto de mães já vivenciou parte significativa de seu período reprodutivo. A maioria das mães teve seus filhos entre os 20 e 24 anos, mas, segundo coortes, verificou-se um decréscimo da idade e uma tendência generalizada de concentração dos nascimentos em idades menores.

As idades médias das mães ao nascimento dos seus filhos e atual diferem em 12,7 anos. Esta diferença fica evidente no deslocamento das curvas ilustrado no Gráfico 10.

Levando em consideração as idades atuais das mães e a tendência observada de concentração dos nascimentos na faixa de 20 a 25 anos podemos inferir que, futuramente, as trajetórias de vida destas mulheres não sofrerão um impacto muito grande em função do acréscimo de filhos. Por outro lado, a diferença que existe entre a idade média das mães ao nascimento de todos os seus filhos e quando do nascimento das crianças em observação (0,1 anos), sugere que a distribuição etária destas crianças em observação pode ser semelhante à de todos os filhos que estas mulheres já tiveram.

C. *Trajetoórias familiares*: um argumento recorrente na percepção do fenômeno das crianças de rua refere-se à situação familiar: prevaleceriam a desestruturação e a instabilidade. Supõe-se que as mães não cumprem com seus papéis e suas responsabilidades. Segundo este raciocínio, as supostas condições de instabilidade familiar fariam com que as crianças saíssem ou fossem forçadas a sair das famílias, tornando-se crianças "abandonadas". Sujeitas a uniões efêmeras, as mães não cumprem com seu papel de esposas e, associado a este descumprimento do papel de esposas, está a percepção de que também não cumprem o seu papel de mães. Além disto, não vivenciariam um tipo de família socialmente esperado. Este seria identificado pela convivência de pais e filhos, sem outros parentes, no primeiro casamento da mãe.

Entretanto, em 1987, menos de 60% das famílias brasileiras correspondiam a este modelo. Consideramos que, em existindo um "padrão" de família normal, este não seria mais que uma fase inicial dentro das trajetórias familiares. As mães poderiam, no caso, vivenciar estágios familiares adicionais, relacionados a mudanças na nupcialidade e na situação residencial, que redefiniriam as trajetórias familiares.

As trajetórias familiares destas mulheres revela que elas experimentaram uma seqüência de eventos que,

Tabela 6

Idades médias ao início no trabalho por condição de distância da casa da mãe segundo gênero

Gênero	Distância da casa da mãe		TOTAL
	Perto	Longe	
Homens	8,6	8,5	8,6
Mulheres	8,9	9,2	9,0
Total	8,6	8,6	8,6

por sua vez, deram lugar a estágios familiares. Estes eventos são de natureza diversa e serão analisados em função do interesse do analista. Neste estudo, consideramos: (1) o *casamento*, entendido como qualquer forma de união; (2) a *separação*, entendida como a ruptura do casamento, independentemente da forma (separação, divórcio ou viuvez); ambos os eventos vão definir as entradas e saídas de famílias conjugais ou monoparentais; (3) o *exercício da chefia familiar na família de procriação*: geralmente (mas não necessariamente) ligada com a união, cuja perda define com frequência a entrada em famílias estendidas; e (4) o *nascimento do primeiro filho*, que constitui uma transição fundamental na formação da família de procriação. Em relação ao momento de formação da família, as situações de transição marcadas pelo nascimento do primeiro filho, ou passagens possíveis, seriam: a) de uma família conjugal⁵ sem filhos a uma conjugal com filhos; b) de uma família de mãe que engravidou sem qualquer tipo de união e que não vive com sua família de orientação (ou seja, a família onde detém a condição de filha), a uma família monoparental⁶ com filhos; c) de uma família de mãe que ganha o primeiro filho quando ainda no interior de sua família de orientação, passando então a vivenciar uma dupla mudança — a de ter sua própria família de procriação, embora mantendo-se na família de orientação e vivendo, de fato, a situação de uma família estendida.

O nascimento do primeiro filho, a diferença dos outros eventos em observação, é não renovável. Uma vez ocorrido, as possíveis mudanças nas trajetórias familiares das mães vão depender das transições ligadas à nupcialidade e aos arranjos de convivência com parentes, ou seja, todos eles eventos renováveis.

Sendo estes os eventos que determinam os estágios familiares, cada estágio familiar aponta implicitamente para um diferente tipo de família. Assim, por exemplo, a passagem de uma família conjugal com filhos a uma monoparental com filhos supõe a ocorrência da ruptura da união; por sua vez, a passagem de uma família conjugal sem filhos à situação de conjugal com filhos supõe a ocorrência do nascimento do primeiro filho. Mais que traçar as transições ao longo das traje-

5. Entendemos como família conjugal aquela em que a mulher está em união, independentemente do tipo desta e da existência ou não de filhos.

6. Em sentido estrito, monoparental refere-se à presença de só um dos pais com os seus filhos. O nosso escopo de pesquisa incorpora exclusivamente as mães e, portanto, ao nos referirmos a famílias monoparentais, referimo-nos a famílias do tipo mãe com filhos.

Gráfico 8

Crianças por tipo de atividade inicial e atual

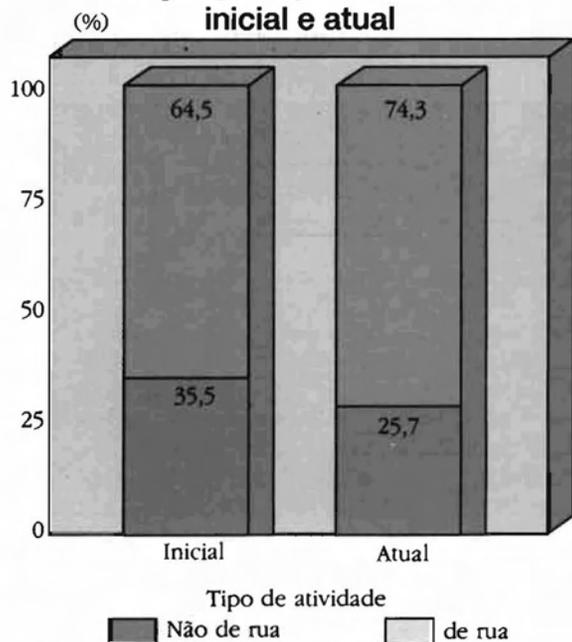


Tabela 7

Mães por coortes quinquenais de nascimento

Coortes	%
1925-29	1,0
1930-34	2,0
1935-39	2,9
1940-44	12,7
1945-49	24,5
1950-54	28,4
1955-59	22,5
1960-64	5,9
Total	100,0

Total de mães = 102

tórias familiares, nossas análises focalizam os estágios e os tipos de família por elas produzidos.

As transições familiares das mulheres inicialmente observadas, em termos dos eventos do primeiro nascimento e condição marital, geram os seguintes tipos de famílias:

Tipologia de famílias

Segundo condição de nascimento do primeiro filho	Segundo condição de união	
	Conjugal	Monoparental
Sem filhos	<C/sf>	<MP/sf>
Com filhos	<C/cf>	<MP/cf>

Partindo da condição de sem filhos, estágio prévio ao nascimento do primeiro filho, a observação da data de início da primeira gravidez marca o processo de formação das famílias de procriação das mães. Estes eventos podem ou não ser vivenciados em companhia do parceiro. No caso da presença do parceiro, consideramos a família como sendo do tipo conjugal sem filhos <C/sf> e, na sua ausência, a família seria do tipo monoparental sem filhos <MP/sf>.

Esta tipologia se aplica igualmente quando da presença de filhos. Ou seja, a família pode ser conjugal com filhos <C/cf> e monoparental com filhos <MP/cf>. Em todos os casos, as famílias do tipo monoparental referem-se necessariamente à mulher e seus filhos.

Entende-se por família estendida aquela representada pelas mulheres com filhos como agregadas em outras famílias. A convivência ou não em uma família estendida varia segundo o estágio da trajetória familiar da mulher, podendo ou não acontecer em união.

O conjunto de estágios familiares constitui um estoque que na análise representam unidades de

observação. Evidentemente, a identificação da ordem em que se apresenta cada tipo de família é importante para caracterizar cada um dos estágios familiares. Assim, dentro da trajetória familiar, tem diferente significado iniciar a formação da família na qualidade de mãe solteira ou vivenciar a condição de mulher com filhos, como resultado da ruptura de uma união.

Na Tabela 8 observa-se, tomando como referência a data de início da primeira gravidez, que o início das trajetórias familiares corresponde, para a maioria das mães (61), à família conjugal sem filhos. Isto, aliás, corresponderia à situação esperada como normal. Apenas duas mulheres começaram sua trajetória em família do tipo conjugal com filhos, dado que se casaram com homens que já tinham filhos. Outras 6 mulheres engravidaram estando sós, enquanto 18 começaram sua família de procriação na família de orientação, e outras 15 como agregadas em famílias de parentes.

Se considerarmos que 97 de 102 mulheres vivenciaram 2 ou mais estágios familiares, observamos que 5 delas não vivenciaram mais que um estágio familiar. Já na ordem 3 acumulam-se 76,5% dos estágios familiares do estoque, o que indica a pouca relevância de um maior número de estágios familiares dentro das trajetórias familiares deste conjunto de mulheres.

A nupcialidade explica o trânsito entre os estágios dos tipos família conjugal e família monoparental, que acontece nas trajetórias familiares das mulheres basicamente após o nascimento do primeiro filho, nas ordens 3 e mais. Assim, dois em cada três estágios familiares têm sido vivenciados pelas mulheres em condição de mulheres/mães e pouco mais de quatro em cada dez na forma de família conjugal com filhos. As famílias classificadas como "outros tipos" que, no primeiro estágio, reúnem as famílias de orientação e de parentes, aparecem em situação de pouca recorrência, com menos de um em cada dez estágios familiares vivenciados pelas mães.

No estoque de famílias, 212, ou 61,4% delas, são do tipo conjugal, vivenciadas por estas mulheres na ordem 2, o que ponderaria positivamente um

Gráfico 9

Média do máximo de séries completadas por gênero segundo coorte de nascimento

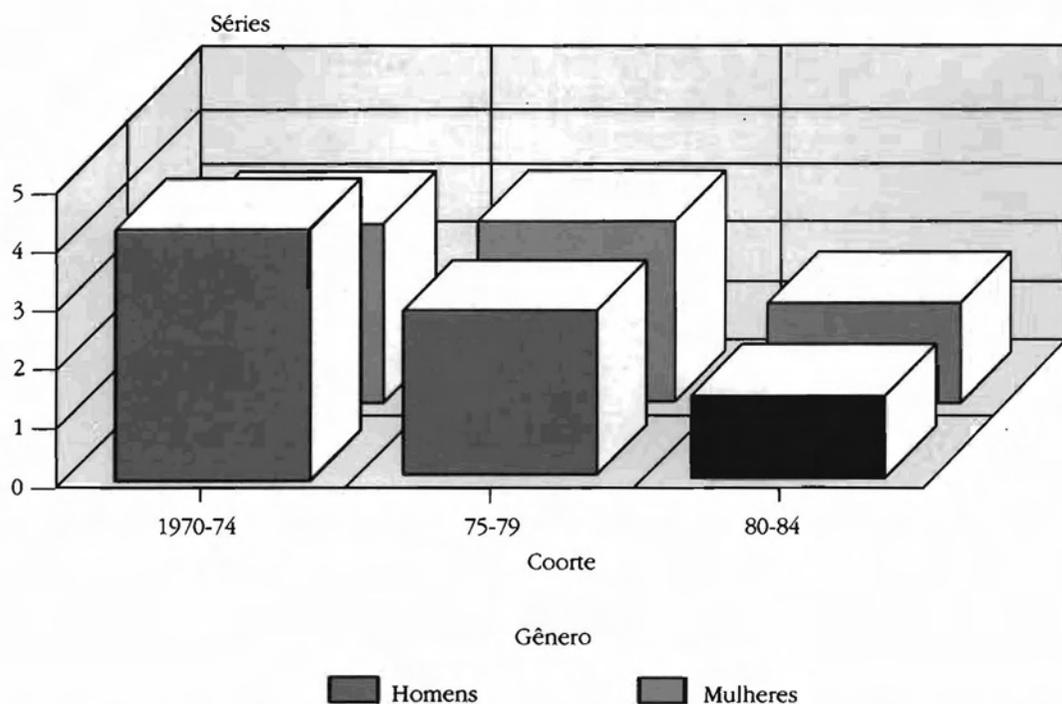


Gráfico 10

Idades das mães ao nascimento das crianças e atual

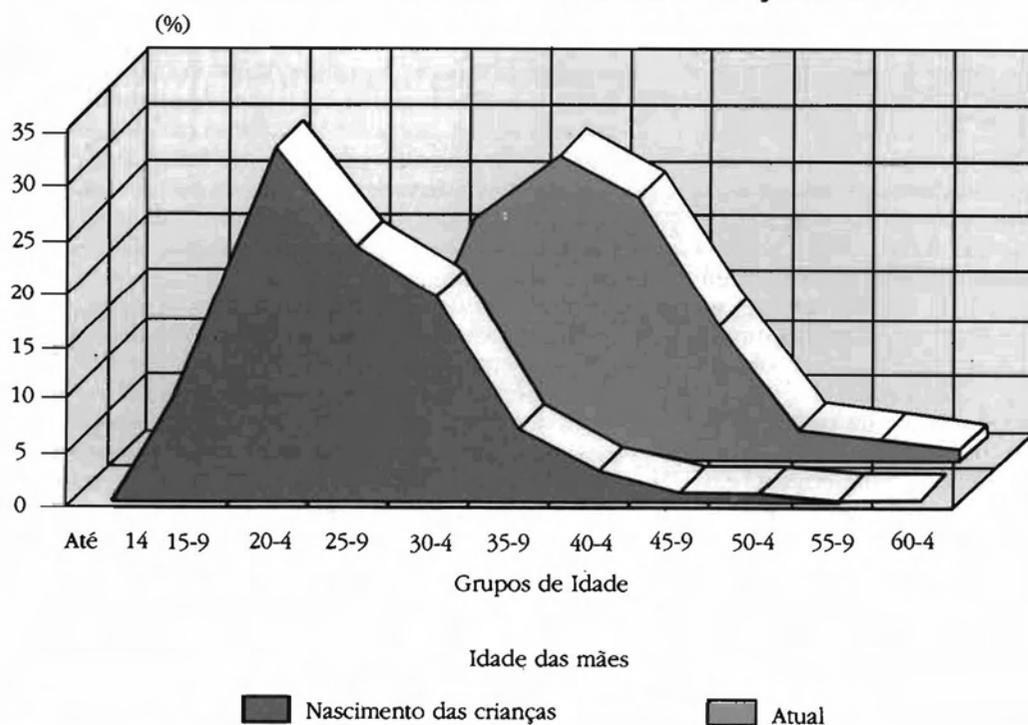


Tabela 8

Estágios familiares das mães por número de ordem, segundo o tipo de família vivenciado no estágio

Tipo de Família	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal										
Sem filhos	61	14								75
Com filhos	2	64	29	22	10	6	2	2		137
Monoparental										
Sem filhos	6	2								8
Com filhos		6	35	15	10	5	3	1	1	76
Outros tipos										
De orientação	18									18
De parentes	15									15
Estendida		11	1	3	1					16
Total	102	97	65	40	21	11	5	3	1	345
%	29,6	28,1	18,8	11,6	6,1	3,2	1,4	0,9	0,3	100,0
% acumulada	29,6	57,7	76,5	88,1	94,2	97,4	98,8	99,7	100,0	

padrão esperado como normal; 84 famílias vivenciadas por estas mulheres (24,3%) são do tipo monoparental e apenas 49 das famílias do estoque (14,2%) foram vivenciadas sob a forma de família de "outros tipos".

Assim, em linhas gerais, nossa análise permite questionar as colocações que dizem respeito à instabilidade familiar destas mulheres, que manifestar-se-ia em uma grande quantidade de famílias vivenciadas, com predominância daquelas não enquadráveis no tipo conjugal.

A duração em cada tipo de estágio familiar indica, com maior clareza, a importância das diversas alocações vivenciadas pelas mães ao longo de suas trajetórias familiares. A partir das informações da Tabela 9, avalia-se a importância do tipo de família levando-se em consideração os anos pessoa vivenciados em cada ordem. 77,5% do tempo de vivência familiar destas mulheres, a partir do início da primeira gravidez, tem lugar em famílias do tipo conjugal, especialmente no segundo estágio da trajetória familiar. Ademais, 44,4% do tempo de vivência familiar tem sido no segundo estágio familiar. Com ambas as observações, constata-se a prevalência de um padrão considerado "normal".

Atualmente, as mães encontram-se em estágios diversos dentro das suas trajetórias familiares. Na Tabela 10 observa-se que só 3 mães nunca formaram família autônoma. Em 63,7% dos casos, as mães estão em família conjugal; em 30,4% são chefes de família em famílias do tipo monoparental, e só 5,9% das mulheres fazem parte de outras famílias como agregadas. Nota-se também que 29,4% delas encontram-se no segundo estágio familiar, sendo este do tipo conjugal, o que corresponde *grasso modo*, à seqüência de tipos de famí-

lia tida como "normal". Atualmente, 79,4% das mães têm vivenciado no máximo 4 estágios familiares. Isto leva-nos a considerar que é até esta ordem que apresentam-se os eventos relevantes para a definição das trajetórias familiares das mães.

As trajetórias familiares das mães relatam a ocorrência de uma sucessão de eventos que define a passagem de um estágio familiar a outro. A Tabela A-5 apresenta as informações relativas a estas trajetórias. O efeito da nupcialidade explica a sucessão dos estágios familiares dos tipos conjugal e monoparental, principalmente a partir do quinto estágio. Evidencia-se também o papel transitório da vivência destas mulheres nas famílias de orientação ou de parentes, que corresponde à categoria "outros tipos". Isto mostra que, apesar do apoio por parte das famílias de orientação ou de parentes na formação das famílias das mães, sobretudo no caso das mães solteiras, a sua participação se reduz significativamente no conjunto de estágios familiares.

D. *Nupcialidade e trajetórias familiares.* As análises anteriores apontaram para a importância da nupcialidade dentro das trajetórias familiares das mães. Assim é que, nesta seção, nos deteremos na análise específica dos eventos determinantes da nupcialidade.

Consideram-se aqui as uniões em qualquer das suas formas (casamento civil, religioso ou união livre) e a separação, entendida como a ruptura do vínculo do casal, independentemente do motivo (separação, divórcio ou viuvez). As uniões são observadas a partir da data de início da primeira delas, podendo ter ocorrido antes ou depois do início da gravidez, ou ainda, após o nascimento do primeiro filho.

A presença de apenas duas mães celibatárias na amostra questiona a colocação comum de que as mães das crianças de rua não têm uma vida marital propriamente dita; a pouca relevância das mães que

Tabela 9

Anos pessoa das mães por número de ordem do estágio familiar,
segundo tipo de família vivenciado no estágio

Tipo	Número de ordem									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal	3,5	40,6	14,2	10,6	5,0	2,1	0,9	0,7		77,5
Monoparental	0,2	1,0	6,1	3,6	1,6	0,4	0,1	0,0	0,01	13,0
Outros	4,7	2,9	0,1	1,7	0,3					9,5
Total	8,4	44,4	20,4	15,9	6,9	2,5	1,0	0,7	0,01	100,0

Total de anos pessoa = 2.068,3

se mantêm solteiras, no conjunto das mães, levou-nos a desconsiderá-las na análise.

A nupcialidade, além de ser fator importante na definição das trajetórias familiares das mulheres, pode ser considerada também uma trajetória específica. Na trajetória da nupcialidade, as uniões e as rupturas das uniões constituem transições de entrada e saída a diferentes estágios maritais. Distinguímos os tipos de estágios maritais entre casamento e união livre. O casamento é considerado em todas as suas formas (casamento civil, casamento religioso ou ambos os casamentos)⁷. Esta abordagem busca analisar as implicações que cada tipo de união pode ter para a trajetória marital das mães.

De maneira análoga à análise das trajetórias familiares, os estágios maritais em conjunto formam um estoque que organizamos segundo o número de ordem, o tipo de união vivenciada no estágio correspondente e a duração em cada estágio, segundo número de ordem e tipo de união. Complementariamente, a situação atual das mães fornece uma imagem das condições apresentadas pela nupcialidade no momento da entrevista. Destaca-se também a análise das características do primeiro estágio marital vivenciado por essas mães, considerando-se sua importância no processo de formação das famílias de procriação.

A informação da primeira seção da Tabela A-6 mostra que a maioria das uniões destas mulheres (68,0%) são vivenciadas como primeira união. Isto sugere que duas ou mais uniões não é um evento usual, em se referindo às mães das crianças de rua, e põe em dúvida a noção prevalecente de múltiplas uniões. Segundo o tipo da união, destaca-se que 31,3% dos estágios maritais são do tipo casamento, contrariamente à idéia de promiscuidade que implica a percepção comum da união livre, e que supõe-se como situação habitual dessas mulheres. É grande a importância do casamento como forma de união, ao considerarmos que este tipo de união ocorre principalmente no iní-

cio das trajetórias conjugais das mulheres, ou seja, como o tipo de união que caracteriza o primeiro estágio da trajetória marital, alcançando 27,2% do total de uniões vivenciadas pelas mães. Evidentemente, embora o casamento como forma de união revele-se importante, as uniões livres representam a forma de união predominante.

A relação anos pessoa vivenciada pelas mulheres em cada uma das uniões, de acordo com o tipo de união indicado na segunda seção da Tabela A-6, mostra que três em cada quatro anos de união corresponde à primeira união. Esta constatação indicaria a importância da primeira união na vida marital dessas mulheres. Segundo o tipo de uniões que elas têm vivenciado, 40,1% corresponde a uniões do tipo casamento. Isto, por sua vez, ponderaria positivamente a importância do casamento como forma de união. Também é importante notar que, na primeira união, a diferença das percentagens de anos pessoa segundo o tipo de união é substancialmente menor do que a diferença entre as percentagens correspondentes ao número de uniões, mostrada na primeira seção da Tabela de referência. A relação proporcional entre casamentos e uniões livres, vivenciadas como primeira união, foi de 1,50 uniões livres por casamento. Em termos dos anos pessoa vivenciados por essas mulheres dentro da sua primeira união, a relação muda para 1,18 anos pessoa vivenciado em união livre por ano vivenciado em casamento. Com esta observação, consideramos que a união livre, como forma de início das trajetórias familiares, não é sinônimo da instabilidade marital suposta para essas mulheres.

A informação fornecida na terceira seção da Tabela A-6 mostra as percentagens das mulheres por número de ordem das uniões que têm vivenciado segundo o tipo de união. Aí, observa-se que 65% das mães tiveram apenas uma união e só 9% delas vivenciaram três ou mais uniões. Isto constitui, também, argumento para refutar a noção de instabilidade marital. Esta última seção da Tabela A-6 não reflete propriamente a situação atual das mães, dado que algumas delas estão separadas. A vivência de mais de uma união abrange 35% das mulheres, enquanto 65% continuam na primeira união ou encontram-se atualmente separadas. O nosso interesse é saber se o tipo da primeira união marca alguma diferença na vivência de se-

7. A inclusão do casamento religioso junto com o casamento civil obedece ao fato de que, no Brasil, aquele possui validade jurídica. Por outra parte, desconsideramos a forma da ruptura das uniões, podendo ser, teoricamente, por separação, divórcio ou viuvez. Na amostra, aliás, existe só um caso de viuvez.

Tabela 10

Mães por número de ordem do estágio familiar atual, segundo o tipo de família vivenciado no estágio

Tipo de Família	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal	2	30	12	11	5	3	1	1		65
Monoparental		1	13	6	5	3	1	1	1	31
Outros	3	1		2						6
Total	5	32	25	19	10	6	2	2	1	102
%	4,9	31,4	24,5	18,6	9,8	5,9	2,0	2,0	1,0	100,0
% acumulada	4,9	36,3	60,8	79,4	89,2	95,1	97,1	99,0	100,0	

parações e ulteriores uniões para este conjunto de mulheres.

As informações da Tabela 11 mostram que, embora a taxa de recasamento seja maior no caso daquelas mulheres que tiveram a união livre como forma de primeira união, o tipo da primeira união é praticamente indiferente para a situação marital vivida atualmente por essas mulheres.

As idades com que as mães vivenciaram as diferentes uniões ilustram a alocação destas transições na vida delas. A Tabela 12 mostra que, independentemente do tipo, a idade em que ocorre a primeira união é baixa: 18,2 anos, sendo de 17,3 anos em casamento e de 18,9 em união livre. Em geral, o tipo de união não modifica substancialmente as idades ao início das uniões em nenhuma das ordens. Observa-se também o efeito da idade no início de cada uma das uniões segundo a ordem, exceto no caso das uniões em ordem 4.

As durações das uniões, mostradas na Tabela 13 por número de ordem segundo o tipo da união, indicam que, na medida em que aumenta o número de uniões, reduz-se a duração média destas. Segundo o tipo de união, são aquelas uniões do tipo casamento as que têm uma duração média maior nas ordens 1 e 2: a duração dos casamentos em primeira ordem é igual a 1,36 vezes a duração das uniões livres e, em segunda união, a 1,63 vezes.

A duração média das uniões requer considerar se existe um efeito da idade. Hipoteticamente, as mulheres com idades maiores poderiam vivenciar mais uniões ou estas serem de maior duração. Por outra parte, a censura das informações dada pela data da entrevista poderia implicar que as uniões de ordens superiores fossem de menor duração, dado que acontecem em momentos mais próximos desta data. No entanto, a Tabela A-7 mostra que a média do número de uniões das mães segundo idade, no momento da primeira união, não muda substancialmente. Consideramos, portanto, que a idade maior ou a censura da entrevista afetariam a duração das uniões.

Por outra parte, o grupo de idade predominante para início da vida marital de todas as mulheres é aquele dos 15 aos 19 anos, no qual unem-se 63% das mães. Levando em consideração também a faixa etária de até

14 anos no momento da primeira união, constata-se que 75% das mães se uniram em idades inferiores a 20 anos. Adicionalmente, o início da vida conjugal com idades inferiores a 20 anos parece não guardar relação com as coortes de nascimento das mães.

Se anteriormente vimos que não parecia existir um efeito da idade na duração das uniões, na Tabela A-8 observa-se que este efeito apresenta-se em termos do número de uniões: quanto maior a idade, maior o número médio das uniões. Esta relação parece ser mais evidente nas coortes de nascimento a partir de 1950. Embora não se possa estabelecer um padrão certo, dada a censura das informações pela data da entrevistada, é possível supor que as mães de coortes de nascimento mais próximas, com uma média de uniões menor, poderiam vivenciar um número ainda maior de uniões.

Assim, a idade das mulheres tem um efeito nas suas trajetórias maritais. Este efeito estaria agindo através da exposição das mães para vivenciar um número maior de uniões, e não através da duração destas. Isto permitiria pensar na existência de um padrão nas trajetórias maritais dessas mulheres, onde se poderiam considerar durações segundo número e tipo das uniões, independentemente da idade no momento de iniciar a trajetória marital. Na Tabela 14 apresenta-se, em forma resumida, a vivência dos diferentes eventos que perfilam a trajetória marital das mães.

As observações sobre a nupcialidade sugerem que:

- a. há uma predominância de uniões livres, quer seja esta a primeira ou uma união subsequente;
- b. 75% das mães entram na primeira união antes dos vinte anos de idade, sem que isto revele diferença por coorte de nascimento;
- c. a duração das uniões sob forma de casamento (legal, religioso ou ambos os casamentos) é sensivelmente maior;
- d. tem maior expressividade a primeira união, na qual permanecem 43% das mães;
- e. 22% das mães não voltam a ter outra união após a ruptura da primeira;
- f. 33% das mães que alguma vez se uniram aparecem na condição de mães separadas;
- g. 24% das mães atualmente estão em uma união de ordem 2 ou mais.

Tabela 11**Taxas de recasamento* e situação atual das mães segundo tipo da primeira união**

Tipo da primeira união	Situação atual			
	Total	Taxa de recasamentos	Separadas	Em união
Casamento	40	30,0	32,5	67,5
União livre	60	38,3	33,3	66,7

(*) Utilizamos o termo "recasamento" genericamente, em relação ao estabelecimento de uniões ulteriores à primeira, abrangendo tanto os casamentos propriamente ditos como as uniões livres.

Tabela 12**Idades médias das mães no início das uniões por número de ordem das uniões segundo tipo de união (anos)**

Tipo de união	Número de ordem da união			
	1	2	3	4
Casamento	17,3	27,0	31,0	
União livre	18,9	26,7	32,3	31,3
Total	18,2	26,7	32,1	31,3

Tabela 13**Duração média das uniões por número de ordem segundo tipo de união (anos)**

Tipo de união	Número de ordem da união			
	1	2	3	4
Casamento	15,2	15,0	3,0	
União livre	11,2	9,2	7,8	4,8
Total	12,8	10,0	7,3	4,8

Tabela 14**Mães por vivência de eventos e estágios maritais segundo número de ordem das uniões**

Número de ordem das uniões	Mães que vivenciaram a união	Mães que ficaram nesta união	Mães que se separaram sem mais uniões	Mães que se separaram e tiveram mais uniões
1	100	43	22	35
2	35	18	8	9
3	9	4	2	3
4	3	2	1	0
Total	147	67	33	47

4. A título de conclusões

Observamos as seguintes características como as mais marcantes do contingente de crianças de rua que participaram da pesquisa:

a. uma predominância do número de meninos em relação ao de meninas;

b. que a condição migratória é pouco relevante como atributo explicativo, inclusive considerando a própria condição das mães. Isto nos leva a uma posição crítica perante as colocações que supõem que crianças migrantes, ou filhas de mães migrantes, enfrentam circunstâncias especiais, diferenciadas, de acesso a meios de vida nas cidades. Ao mesmo tempo, raciocínios baseados na migração como fonte de desestruturação das famílias destas crianças parecem não encontrar, neste caso estudado, sustentação empírica. A evidência indica que as crianças, em sua grande maioria, não são migrantes, que só a metade das mães são migrantes para a Região Metropolitana de Recife e que a maioria delas têm filhos não migrantes;

c. que a condição de não residência conjunta com as mães, multicitada em colocações enquadradas nas conceitualizações referentes a “menores abandonados”, não encontra evidência empírica de respaldo;

d. que, mesmo considerando aquelas crianças que não residem com a mãe, constata-se que o momento da sua saída às ruas para o trabalho independe temporalmente do momento em que deixaram de residir com as mães. Assim, descarta-se o afastamento da residência materna como “gerador” das crianças de rua;

e. que o motivo principal para as crianças saírem à rua é a necessidade familiar do trabalho delas;

f. que existe uma seletividade em função de vários atributos demográficos das crianças: são predominantemente meninos, com idade média de 9 anos no momento em que se iniciam no trabalho e de ordens de nascimento menores, ou seja, os filhos mais velhos dentro dos arranjos familiares. Esta observação revelaria um efeito da pressão econômica, o qual se apresentaria de maneira seletiva dentro das famílias, segundo os atributos demográficos dos filhos;

g. que existem três formas de participação econômica das crianças nas famílias: gerando renda, subsidiando a família e contribuindo com trabalho sem retorno econômico, sendo a primeira forma predominante.

h. que nem todas as crianças iniciam ou atualmente desenvolvem atividades de rua, existindo o que se pode chamar uma “carreira profissional”. Dentro desta carreira, no entanto, a tendência é de passar das atividades consideradas como não de rua para atividades consideradas como de rua;

i. que, em média, as crianças têm trabalhado 3,4 anos, sendo 2,0 anos na primeira atividade e 1,4 em uma atividade de ordem superior;

j. que as crianças iniciam-se no trabalho perto de casa;

k. que a presença de parentes no desenvolvimento da atividade inicial, embora não predominante, facilita o trabalho das crianças longe de casa. Portanto, nem sempre a saída de casa para o trabalho significa saída

das relações familiares, entendidas estas em sentido amplo.

O perfil de criança de rua que surge das nossas observações é o de um menino de 12 anos, oriundo da Região Metropolitana de Recife; sendo o terceiro filho, tem mais quatro irmãos menores. Já trabalha há cerca de três anos e na primeira atividade permaneceu durante dois anos. Começou a trabalhar basicamente por necessidade familiar, sem parentes, mas perto da casa da sua mãe, com quem reside. Sua participação econômica dentro da família é a de contribuir com a maior parte do retorno econômico que obtém no trabalho, sendo este retorno, principalmente, dinheiro. Suas atividades econômicas são de rua, desenvolvendo atualmente um segundo tipo de atividade diferente daquele primeiro em que se iniciou. A sua escolaridade é baixa.

Quanto à análise das mães, cabe lembrar que o propósito tem sido colocar a situação delas perante alguns aspectos demográficos, tentando estabelecer, por meio desses, o “cenário” familiar onde a criança se desenvolve. Este escopo resultou ser adequado sem se ter que lançar mão de outros tipos de *markers* familiares geralmente utilizados.

As observações mais relevantes relativas às características dessas mulheres são:

a. uma idade média atual de 38,9 anos;

b. o início da sua vida reprodutiva situa-se predominantemente em idades inferiores a 20 anos, fato associado a um padrão adiantado de formação de famílias e domicílios;

c. que, considerando a situação atual de fecundidade e vida familiar das mães de 25 a 39 anos, estas seriam mais suscetíveis a ter filhos que venham a aumentar o contingente das crianças de rua, embora em escala reduzida;

d. que a condição migratória é indiferente no que se refere ao fato de ter ou não filhos dentro do contingente estudado;

e. que diferenciam-se três situações familiares: primeira, mães em família conjugal dentro da primeira união; segunda, mães que separaram-se após a primeira união e que permanecem morando com os seus filhos, em família do tipo monoparental, e, terceira, mães que vivenciam múltiplas uniões e que transitam entre os tipos de família conjugal e monoparental, com filhos em ambos os casos;

f. que, ainda na descontinuidade da trajetória da vida familiar das mães que vivenciam múltiplas uniões, elas constituem-se no referente familiar mais estável para as crianças, o que eleva a responsabilidade delas enquanto chefes de família;

g. que a vivência de uniões ocorre com todas as mulheres, exceto duas;

h. que a forma de união predominante é a união livre;

i. que as mulheres com múltiplas uniões é caso raro;

j. que o fator que desencadeia a fecundidade é a nupcialidade, a qual aumenta também o risco de exposição à gravidez;

k. que as colocações que dizem respeito à “promiscuidade” das mães, quanto à multiplicidade de parceiros, não encontram sustentação convincente;

l. e, em decorrência do acima colocado, pode-se di-

zer com certeza que o estudo da nupcialidade das mães é de capital importância para o entendimento da vida familiar das crianças de rua.

O perfil dessas mulheres é o seguinte: uma mulher na faixa etária dos 38 anos, com sete filhos e que pode, indiferentemente, ser ou não migrante. Há vinte anos começou sua vida marital, muito possivelmente em união livre e, provavelmente também, acabou esta união, encontrando-se atualmente numa segunda, sob a forma de união livre. Reside em domicílio próprio, com seus filhos e, no caso, unida ao seu segundo parceiro. É provável que ao fim da primeira união tenha morado em casa dos seus pais por algum tempo.

Em geral, consideramos que o principal resultado desta pesquisa é que este conjunto específico de crianças de rua vivenciaram trajetórias familiares que, embora as suas especificidades, não distam muito das do restante das crianças brasileiras.

A conclusão mais importante é que a presença de crianças de rua não significa a desestruturação e extinção das suas famílias. Pelo contrário, fortalece sua influência. O que efetivamente existe é um estigma demográfico que mascara as situações de pobreza: o que nas classes médias e altas identifica-se como um processo de individualização e melhora da condição feminina, nas camadas pobres possui uma conotação pecaminosa.



Referências Bibliográficas

- AMADO, J. (1937). *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BRASS, W. (1983). The formal demography of the family: an overview of proximate determinants. In: *The family, proceedings of the british society for population studies conference*. London: Office of Population Censuses and Surveys. Occasional Papers, 31.
- FERREIRA, R. M. (1979). *Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: IBREX.
- IBGE (1988). Suplemento "Situação do menor: regiões metropolitanas". In: *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9.
- IBGE/UNICEF (1982). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas, 1970 - 1977*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1984). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: situação da Saúde — 1981*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1986). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988a). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: a situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988b). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981 - 1983 - 1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1989). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais — 1987*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE.
- GOVERNO do Estado do Ceará/SAS (Secretaria da Ação Social) (1988). *Perfil do menino e menina de rua de Fortaleza. Relatório*. Fortaleza: SAS.
- HAREVEN, T. K. (1987). *Family history at the crossroads*. Princeton: Princeton University Press.
- JUÁREZ, E. (1989). *Estimativas de afastamento de menores de 18 anos das suas mães*. Belo Horizonte: UFMG. Pesquisa de Tese de Doutorado (mimeo.).
- MEDINA, C. A. (1974). *Família e mudança; o familismo, uma sociedade arcaica em transição*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: CERIS.
- NAÇÕES UNIDAS (1973). *Methods of projecting households and families*. New York: United Nations. Population Studies, 54.
- OLIVEIRA, C. F. G. (1989). *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/UNICEF.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (1987). *Nuevas alternativas de atención para el niño de y en la calle de México*. Bogotá: UNICEF, Oficina Regional para América Latina y el Caribe. (Programa regional "Menores en circunstancias especialmente difíciles"). (Série Metodológica).
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (1988). *Acción Guambra: programa no convencional de atención al niño de la calle, Ecuador*. Bogotá: Oficina Regional para América Latina y el Caribe. (Programa regional "Menores en circunstancias especialmente difíciles"). (Série Metodológica).

VAINSENER, S. A. (1989). *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (mimeo.).

VALLADARES, L. P. (coord.) (1988). *A "infância pobre" no Brasil — uma análise da literatura, das ações e das estatísticas*. Rio de Janeiro: Ford/IUPERJ (Relatório).

Metodologia

Através do UNICEF/Recife, contou-se com o cadastro das organizações conveniadas com a FEBEM, Pernambuco, no biênio 1987-88. Os critérios para a escolha das organizações foram: a) trabalharem com crianças na rua; b) estarem no âmbito urbano da Região Metropolitana de Recife (RMR); c) serem organizações privadas, não-lucrativas, para evitar possíveis vieses e censura de informações, passíveis de ocorrer no caso de órgãos públicos ou religiosos, e d) aceitarem participar voluntariamente no projeto.

As 63 organizações cadastradas na RMR foram classificadas para a seleção segundo quatro critérios básicos: a) caráter da organização (pública, privada laica e privada religiosa); b) tipo de atendimento (comunitário, não-comunitário e de rua); c) regime de atendimento (externato, semi-internato, internato e misto), e d) metodologia de atendimento (convencional e alternativo).

Dentre as 63 organizações na RMR, participaram do projeto as seis a seguir: Grupo Sobe e Desce, Grupo Ruas e Praças, Crianças em Busca de Liberdade, Comunidade do Povo Sem Casa, Turminha do Flau, Turminha Saber Viver.

O trabalho de campo começou com entrevistas junto às organizações potencialmente participantes, definidas junto com o UNICEF/Nordeste. Foram expli-

cados os propósitos da pesquisa e seus métodos. Distribuiu-se a ficha de avaliação das crianças e cadastraram-se os casos possíveis. Definidas as organizações participantes, estabeleceu-se o trabalho conjunto com os responsáveis do projeto de cada organização. Foram discutidos o propósito da pesquisa e os instrumentos de coleta de informações. Em reuniões sucessivas aprimoraram-se os questionários, buscando sua aplicabilidade plena por parte dos entrevistadores. Gerou-se uma versão piloto que foi testada pelas organizações e, a partir desta experiência, foi definida a versão final dos questionários. A etapa seguinte foi de capacitação de 20 pessoas pertencentes às organizações, com treinamento de seis horas incluindo três blocos: a) a situação atual do conhecimento das crianças de rua no Brasil; b) as principais características da pesquisa em estudos de população, e c) a operacionalização de conceitos e manuseio dos questionários. Esta capacitação foi de curta duração devido ao trabalho prévio de esclarecimento que vinha sendo desenvolvido junto às organizações e ao valioso conhecimento empírico dos próprios entrevistadores.

O levantamento das informações durou dois meses (24 de agosto - 25 de outubro), com datas centrais de 17 e 26 de setembro para crianças e mães, respectivamente.

Anexo 2 - Tabelas

Tabela 1

Crianças alguma vez não co-residentes com a mãe, por motivo da separação, segundo a pessoa que decidiu a separação

(%)

Decidiu a separação	Motivos			Total
	Econômicos	Familiares	Outros	
Mãe	30,4	4,3	13,0	47,8
Pai/avós	8,7	13,0		21,7
Própria criança	4,3	13,0	13,0	30,4
Total	43,5	30,4	26,1	100,0

Total de crianças que alguma vez se separaram da mãe = 23

Tabela A-2

Crianças alguma vez não co-residentes com a mãe, por condição de retorno, segundo a idade no momento em que deixaram de morar com a mãe

(%)

Idade na saída	Voltaram		Total
	Sim	Não	
Menos de 1 ano	34,8	8,7	43,5
1 ano e mais	17,4	39,1	56,5
Total	52,2	47,8	100,0

Total de crianças que alguma vez se separaram da mãe = 23

Tabela A-3

Crianças por tipo de retorno econômico principal, segundo gênero e tipo de atividade inicial (%)

Gênero e tipo de atividade	Retorno					Total
	Sem retorno	Só dinheiro	Principalmente dinheiro	Só coisas	Principalmente coisas	
Homens						
De rua	0,8	71,1	11,7	0,0	0,0	83,6
Não de rua	3,1	9,4	1,6	1,6	0,8	16,4
Soma	3,9	80,5	13,3	1,6	0,8	100,0
Mulheres						
De Rua	0,0	37,5	8,3	0,0	0,0	45,8
Não de rua	8,3	33,3	4,2	8,3	0,0	54,2
Soma	8,3	70,8	12,5	8,3	0,0	100,0
Total						
De rua	0,7	65,8	11,2	0,0	0,0	77,6
Não de rua	3,9	13,2	2,0	2,6	0,7	22,4
Total	4,6	78,9	13,2	2,6	0,7	100,0

Tabela A-4**Crianças por gênero, segundo ordem e tipo do trabalho atual**

(%)

Ordem e tipo de trabalho	Homens	Mulheres	Total
Ordem de trabalho			
1	38,8	4,6	43,4
2	27,0	5,2	32,2
3	10,5	4,0	14,5
4	4,6	1,3	5,9
5	1,3	0,7	2,0
6	2,0	0,0	2,0
Total	84,2	15,8	100,0
Tipo de atividade			
De rua	66,4	7,9	74,3
Não de rua	17,8	7,9	25,7
Total	84,2	15,8	100,0

Total de crianças = 152

Tabela A-5**Estágios familiares das mães por número de ordem, segundo os tipos de famílias de origem e destino nas transições***

Destino Origem	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal sem filhos	61	14								75
Monoparental sem filhos		3								3
Outros tipos		11								11
Conjugal com filhos	2	64	29	22	10	6	2	2		137
Conjugal sem filhos		59	14							73
Monoparental sem filhos			5	22	9	5	2	2		45
Outros tipos		5	10		1	1				17
Monoparental sem filhos	6	2								8
Conjugal sem filhos		2								2
Monoparental com filhos		6	35	15	10	5	3	1	1	76
Conjugal com filhos			33	14	10	5	3	1	1	67
Monoparental sem filhos		3	2							5
Outros tipos		3		1						4
Outros tipos	33	11	1	3	1					49
Conjugal com filhos			1	3	1					5
Outros tipos		11								11
Total	102	97	65	40	21	11	5	3	1	345

(*) A categoria "Outros tipos" dos estágios familiares refere-se, na ordem 1, a famílias de orientação ou de parentes. Nas ordens superiores, refere-se a famílias estendidas.

Tabela A-6

Unões, anos pessoa das mães e mães por número de ordem das uniões segundo tipo de união (%)

Tipo de união	Número de ordem das uniões				Total
	1	2	3	4	
Unões (%)					
Casamento	27,2	3,4	0,7		31,3
União livre	40,8	20,4	5,4	2,0	68,7
Total	68,0	23,8	6,1	2,0	100,0
Anos pessoa (%)					
Casamento	33,5	4,4	0,2		40,06
União livre	39,4	16,0	3,7	0,9	59,94
Total	74,9	20,4	3,8	0,9	100,0
Mães (%)					
Casamento	28,0	5,0			33,0
União livre	37,0	21,0	6,0	3,0	67,0
Total	65,0	26,0	8,0	3,0	100,0

Tabela A-7

Mães por número de uniões segundo grupos de idade no momento da primeira união

Grupos de idade no momento da primeira união	Média de uniões	Número de uniões				Total
		1	2	3	4	
Até 14	1,42	7	5			12
15-19	1,49	40	17	4	2	63
20-24	1,39	14	2	1	1	18
25-29	1,57	4	2	1		7
Total	1,47	65	26	6	3	100

Tabela A-8

Mães por número de uniões segundo coorte de nascimento

Coorte de nascimentos	Média de uniões	Número de uniões				Total
		1	2	3	4	
1925-29	2,00		1			1
1930-34	2,50		1	1		2
1935-39	1,33	2	1			3
1940-44	1,77	5	6	2		13
1945-49	1,25	19	4	1		24
1950-54	1,55	18	8	1	2	29
1955-59	1,41	16	4	1	1	22
1960-64	1,17	5	1			6
Total	1,47	65	26	6	3	100